

AVALIAÇÃO DE DOCUMENTOS ARQUIVÍSTICOS: TEORIA E METODOLOGIA

Cintia Aparecida Chagas

Professora do curso de Arquivologia e do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais. Universidade Federal de Minas Gerais

E-mail: cintiachagasufmg@gmail.com

Resumo: Esse artigo é resultado de uma pesquisa que visa confrontar quatro propostas teóricas e metodológicas de avaliação de documentos. O modelo de Schellenberg é o primeiro modelo de grande impacto internacional, se destacando pela elaboração da chamada “teoria de valor”. O segundo modelo, a Estratégia de Documentação, consiste em um plano para preservar documentos de diversas proveniências, mas que se referem a uma mesma tarefa, atividade ou área. O terceiro modelo, o Plano Documental, tem como estratégia a construção de uma lista de eventos históricos relevantes, com base nos quais os documentos são avaliados. Já a macroavaliação propõe valorar primeiramente as funções e atividades do produtor, considerando as relações entre a sociedade e o Estado. A análise desses modelos permitiu compreender que não existe exatamente uma contraposição entre uma teoria arquivística moderna e pós-moderna no que tange à avaliação de documentos. Os argumentos apresentados pelos diferentes autores não permitem identificar ruptura. Esses modelos estão historicamente contextualizados e respondem a questões de seus respectivos contextos, sem, contudo, negarem necessariamente o modelo desenvolvido em meados do século XX por Schellenberg, ainda que essa negação apareça no discurso de um ou outro.

Palavras-chave: Arquivologia. Gestão de Documentos. Avaliação de Documentos. Arquivística pós-moderna.



1 INTRODUÇÃO

A avaliação de documentos, uma das sete funções arquivísticas descritas por Rousseau e Couture (1998), é um dos principais desafios enfrentados pelo arquivista. Definir pela “vida” ou “morte” de um documento envolve ter critérios claros e precisos, sem desconsiderar, contudo, a subjetividade envolvida em qualquer processo de escolha. Ao envolver o poder de moldar a memória, trata-se da maior responsabilidade para o profissional do nosso tempo.

Entende-se avaliação de documentos como o processo de análise, partindo do nível da sociedade, da organização, das funções, das atividades ou dos documentos, com base em valores atribuídos a esses diferentes níveis, a fim de determinar os prazos de guarda e o destino destes últimos.

Esse artigo tem como objetivo compreender o desenvolvimento dessa função arquivística e os diferentes pontos de vista que vieram a desembocar nas discussões da chamada arquivística pós-moderna. Para tanto, foi realizada uma pesquisa na qual foram analisadas e confrontadas algumas das principais teorias e metodologias sobre avaliação de documentos conhecidas. Foi possível identificar que a visão de avaliação trazida pelas correntes contemporâneas da arquivologia não se constitui em uma negação das contribuições que as antecederam - ainda que, às vezes, esse discurso seja utilizado com vistas a demarcar uma concepção ou outra.

Assim, são analisadas diferentes teorias e metodologias de avaliação de documentos. Nesse texto, serão apresentadas as visões de Theodore Schellenberg, da Estratégia de Documentação, do

Plano Documental e da Macroavaliação. Ressalta-se que essas visões não são as únicas, contudo constituem-se importantes modelos para a compreensão de como a avaliação de documentos é encarada em diferentes momentos.

2 A AVALIAÇÃO DE DOCUMENTOS E SUA CENTRALIDADE

A escolha pela avaliação como objeto reflete o reconhecimento de sua centralidade e relevância. Os resultados do processo de avaliação definirão o que será o patrimônio documental de uma nação, ou seja, ao definir pela “vida” ou “morte” de um documento, a avaliação tem um enorme poder sobre a formação da memória (DINGWALL, 2016). A relevância dessa função é apontada por autores de diferentes nacionalidades e de diferentes tendências de pesquisa, entre eles, Booms (1987), Cook (1992; 2005), Duranti (1994), Couture (2003), Cox (2003) e Dingwall (2016).

O arquivista alemão Hans Booms, em texto escrito originalmente em 1972, afirma que a aquisição e a avaliação de documentos possuem grande significância social e, certamente, caracterizam e definem a imagem do profissional arquivista. Ao mesmo tempo, esta é a área de atividade mais difícil para o arquivista, pois apresenta um problema que indiscutivelmente é o mais crucial da profissão (BOOMS, 1987). Glenn Dingwall, ao tratar das diferenças entre a avaliação de documentos nos modelos do *continuum* e do ciclo vital, trata da centralidade dessa função. Em seu ponto de vista, esta é considerada “uma das mais importantes atividades entre as componentes centrais da arquivística”. (DINGWALL, 2016, p. 222).

Já Cermeno Matorell e Rivas Palá (2010) apresentam uma posição um pouco diferente ao afirmarem que as decisões relativas à conservação e à eliminação de documentos têm um caráter corporativo, não devendo ser assumida de forma individual pelo arquivista (CERMENO MATORELL; RIVAS PALÁ, 2010).

A necessidade de avaliação de documentos é resultante do aumento da produção documental. Tal incremento é chamado por Cermeno Matorell e Rivas Palá (2010) de “inflação” na produção documental. Os fatores apontados para esse fenômeno são a ampliação nos meios de se produzir documentos; o desenvolvimento de um estado de bem estar social que levou a uma maior participação do setor público na prestação de serviços públicos; e o desenvolvimento dos regimes democráticos, levando ao dever de prestação de contas. Uma vez que nem tudo que se produz tem interesse para a preservação, nada mais natural e necessário do que avaliar para se definir o que deverá ser guardado e o que será eliminado.

Além de sua relevância, diversos autores reforçam a necessidade de se documentar todo o processo de avaliação. Richard Cox (2003) afirma:

A avaliação de documentos é em grande parte um reflexo de seu tempo, e a documentação que devemos ter sobre o processo de avaliação pode ser muito útil para ajudar os usuários

dos arquivos como os próprios arquivistas a entender quais decisões de avaliação deram resultado. [...] Os arquivistas em seus trabalhos e seus arquivos como instituições poderiam ser estudados, no futuro, tanto quanto seus fundos (COX, 2003, p. 62 – tradução nossa).¹

Nas palavras de Luiz Cermeno Matorel e Elena Rivas Palá:

A avaliação e a destinação dos documentos de uma organização requerem documentação exaustiva de todos os processos realizados, tanto os que resultam na destruição de documentos com os de conservação. É assim que, no futuro, será possível conhecer e interpretar o que motivou a adoção de cada uma das decisões de destinação, bem como quando, por que e por que norma determinados documentos foram destruídos (CERMENO MATORELL; RIVAS PALÁ, 2010, p. 223 – tradução nossa)².

Segundo os autores, devem documentar-se também os fundamentos e critérios de valoração. Assim, considerando-se os diferentes pontos de vista e a evolução dessa função, passa-se à discussão dos modelos selecionados.

3 O MODELO DE THEODORE SCHELLENBERG E SEUS ANTECEDENTES

Antes de se passar à descrição do modelo de avaliação proposto por Theodore Schellenberg, é necessário compreender alguns de seus antecedentes. Nesse sentido, apresenta-se o trabalho de Hillary Jenkinson. O arquivista britânico discorda das habilidades de arquivistas e historiadores de atuarem no processo de avaliação de documentos, pois estes comprometeriam a imparcialidade do processo. Em relação aos historiadores, ele argumenta que seus próprios interesses de pesquisa irão inevitavelmente influenciar suas decisões. Em seu *Manual of Archive Administration* (JENKINSON, 1937), defende que os documentos (*records*) são preservados pela necessidade do produtor e se transformam em documentos de arquivo permanente (*documents*). Assim, somente os criadores dos documentos são considerados capazes de destruir legitimamente seus próprios documentos. No final de sua carreira, relutantemente, admitiu que uma intrusão final na seleção baseada nos interesses de pesquisa é inevitável, mas ele permaneceu firme na ideia de que o processo de seleção não é tarefa do arquivista. Jenkinson finalmente defende um papel passivo para a criação de documentos e um relacionamento distante do criador e do processo de avaliação (TSCHAN, 2002).

Na Alemanha, contudo, ainda em 1926, Karl Otto Muller reforçava a importância da participação dos arquivistas nas decisões relativas à preservação dos documentos. Ele acreditava que os produtores dos documentos somente seriam capazes de opinar se os registros ainda eram ou

¹ Texto original: La valoración archivística es, en gran medida, un reflejo de su época, y la documentación que deberíamos tener del proceso de valoración puede ser muy útil para ayudar tanto a los usuarios de los archivos como a los propios archiveros a la hora de comprender qué decisiones de valoración dieron resultado. [...] los archiveros en su trabajo y sus archivos en cuanto lugar de institución podrían estudiarse, en un futuro, tanto como sus fondos.

² Texto original: La valoración y disposición de los documentos de una organización exige documentar exhaustivamente todos los procesos que se llevan a cabo, tanto los que tienen como resultado la destrucción de documentos como los de conservación. Esta es la forma como en el futuro podrá conocerse e interpretarse qué motivó la adopción de cada una de las decisiones de disposición así como también cuándo, por qué y en virtud de qué norma fueron destruidos determinados documentos.

não úteis para as necessidades administrativas (KOLSRUD, 1998). Ele era favorável à cooperação dos arquivistas com os administradores nas decisões da avaliação. Suas orientações aplicavam o conceito de valor ao contexto em que os documentos eram produzidos e declaravam que a posição hierárquica de um órgão administrativo na estrutura de uma organização dava indicação do valor de seus documentos (TRACE, 2016, p.80).

Tais ideias foram concretizadas em uma promulgação do Ministério do Interior da Alemanha, datada de 1931, que instituiu que os registros mais importantes a serem preservados e transferidos ao Arquivo Nacional alemão eram aqueles provenientes dos mais altos níveis da administração e que tais materiais não deveriam ser destruídos sem o consentimento das autoridades arquivísticas (KOLSRUD, 1998, p. 95).

Ainda na Alemanha, em 1936, Heinrich Meisner divulgou orientações para avaliação com determinações de valor internas e externas aos documentos. Os critérios estabelecidos baseavam-se na idade, conteúdo e hierarquia. Em relação à idade, cada país deveria definir sua data de corte. Na Alemanha, foi sugerido que todos os documentos anteriores a 1600 deveriam ser preservados. Quanto ao conteúdo, a importância dependeria de quanta informação o documento possui sobre as instituições. Em relação à hierarquia, ele adotava a ideia de Muller relativa a autoridades central, intermediária e baixa (KOLSRUD, 1998).

Nos Estados Unidos, os funcionários do Arquivo Nacional, criado em 1934, concluíram que a capacidade de avaliar e recolher corretamente os documentos era influenciada diretamente pela forma como os documentos foram criados, organizados e administrados pelos seus respectivos produtores. Tal constatação fez com que essa instituição se interessasse pela área que, posteriormente, seria chamada de “gestão de documentos”. Uma figura de destaque no National Archives era Philip C. Brooks, sendo seu primeiro membro a articular formalmente o que constituía “valor permanente” (TRACE, 2016, p. 81) e o primeiro profissional a fazer referência ao ciclo vital (INDOLFO, 2007).

Phillip Brooks desenvolveu a ideia de valores ligados ao uso administrativo e ao uso para a pesquisa em texto publicado em 1940. Esse autor se refere a categorias de valor relacionadas ao órgão de origem e às necessidades de outros pesquisadores. No que tange ao valor para o órgão de origem, Brooks reconhece o uso relacionado à eficiência administrativa e à proteção contra reclamações de todo tipo, além de uma segunda categoria relacionada ao interesse da história administrativa do órgão produtor de documentos. No que tange ao valor para pesquisadores de diversas áreas, o autor destaca a noção de valor histórico. Em relação a esse valor, Phillip Brooks alerta para o fato de a maioria dos documentos de arquivo com valor histórico o terem não como documentos isolados, mas como conjuntos que, tomados como um todo, refletem as atividades de

uma organização ou pessoa ou retratam eventos e condições cotidianas. Entre os documentos com valor histórico, o autor inclui aqueles que descrevem condições ou eventos interessantes, além das operações da organização, ou que contem sobre certos indivíduos, períodos ou métodos de fazer transações.

Brooks alerta que o uso adequado das várias categorias de valor apresentadas exigiria conhecimento e percepção de quatro tipos. Primeiro, conhecer o órgão de origem, sua história, objetivos e métodos. Segundo, conhecer as relações entre os documentos. Terceiro, estar atento a mudanças no escopo e métodos de pesquisa. E quarto, estar familiarizado sobre o uso real dos documentos preservados. Ele conclui pela necessidade de cooperação de todas as pessoas relacionadas com a história de vida dos documentos para solução do problema da seleção de materiais para a preservação. Destaca, ainda, o planejamento inteligente e a observação aguçada do primeiro passo até o último passo da avaliação (BROOKS, 1940).

Fortemente influenciado pelos trabalhos anteriormente citados, o arquivista estadunidense Theodore Schellenberg, se contrapõe firmemente à visão de Hillary Jenkinson no que tange à competência dos arquivistas e produtores de documentos no processo de avaliação. Em seu ponto de vista, os encarregados dos documentos (*Record officers*) não estão habilitados a fazer apreciações finais sobre os documentos, pois não estarão aptos a reconhecer neles os valores para pesquisa (SCHELLENBERG, 2006). Ele defende a imparcialidade do julgamento do arquivista, já que este não é parte interessada no que diz respeito à preservação da prova, favorável ou desfavorável à administração de um órgão. A ele interessa tão somente a guarda de tudo que considere um testemunho importante.

Para ele,

Os arquivistas devem encarregar-se de rever todos os documentos que os órgãos do governo propõem para destruição. Deve-se-lhes atribuir a responsabilidade de avaliar os documentos para os usos secundários que possam vir a ter depois que o seu uso primário haja terminado. Devem julgar, quanto ao valor dos documentos, em termos de sua utilidade final para o povo e para o governo, valendo-se de toda a assistência profissional que possam obter quer de funcionários públicos quer de pessoas eruditas (SCHELLENBERG, 2006, p. 61)

Pode-se dizer que Theodore Schellenberg (2006) fundamenta teoricamente o primeiro modelo de avaliação de grande impacto internacional. Em “Arquivos Modernos: princípios e técnicas”, publicado pela primeira vez em 1956, o autor afirma que os documentos podem ter valores primários e secundários. Os valores primários dizem respeito ao cumprimento dos objetivos para os quais eles foram criados, sejam eles administrativos, fiscais, legais ou executivos. Já os valores secundários são aqueles que persistirão por muito tempo, ainda depois de cessado o uso corrente. Os valores secundários se dividem em valor probatório (evidencial) e informativo. Os valores probatórios seriam os decorrentes da prova que contém da organização e do funcionamento do

órgão gerador do documento. Esclarece-se que esse valor probatório nada tem a ver com o valor de prova legal, pois o autor se refere a um valor relacionado à evidência das ações de seus produtores. Os valores informativos seriam aqueles relacionados à informação que contém sobre pessoas, entidades, coisas, problemas, condições etc., com os quais o órgão tenha tratado. Cabe também ressaltar, conforme afirma Schellenberg, que esses valores não são mutuamente excludentes.

Em relação aos valores probatórios, Schellenberg afirma que o mínimo a ser guardado são os documentos sobre a organização e o funcionamento do órgão gerador da documentação. O autor acredita ser possível reunir - em um conjunto documental relativamente pequeno - todos os fatos de importância para um órgão. Esses documentos seriam importantes, tanto para o próprio gerador do arquivo, quanto para os estudiosos da administração pública. O julgamento desses valores seria relativamente simples para os arquivistas que, segundo Schellenberg, não teriam dúvidas sobre que provas preservar e talvez divergissem apenas na quantidade de documentos a serem preservados, o que não acontece no julgamento do valor informativo.

Outro ponto destacado pelo arquivista estadunidense é a necessidade de se conhecer o contexto de produção para realizar o julgamento de valor. O significado de um documento depende das relações estabelecidas com a atividade geradora. Nesse sentido, afirma-se que Schellenberg foi um dos pioneiros na avaliação por meio da análise funcional (*Functional analysis*) (McLEOD; HARE, 2003, p. 196). Em relação aos valores informativos, ele ressalta o fato de serem informações existentes nos documentos não sobre as próprias organizações, mas aquelas relativas a assuntos de que tratam as repartições públicas. Ele afirma que a

[...] maioria dos documentos oficiais modernos preservados em arquivos de custódia é valiosa, menos pela prova que oferecem da ação do governo, do que pela informação que apresentam sobre pessoas determinadas, situações, eventos, condições, problemas, coisas e propriedades que deram origem a competente ação (SCHELLENBERG, 2006, p. 199).

Para a avaliação do valor informativo, Schellenberg propõe os testes da unicidade, da forma e da importância. Ao realizar o teste da unicidade, o arquivista deve considerar a unicidade da informação e a unicidade dos documentos. Em relação à unicidade da informação, o autor esclarece que se trata de verificar se a informação contida no documento não estará presente de forma tão completa e utilizável em outras fontes. Essa avaliação demandaria um conhecimento bastante aprofundado do assunto contido no documento, já que “Para determinar se um corpo de documentos é a única boa fonte de informação sobre um dado assunto, é preciso ser um verdadeiro perito no mesmo [...]” (SCHELLENBERG, 2006, p. 200).

Em relação à unicidade do documento, trata-se da verificação se há ou não duplicação física dele. Esse aspecto deve ser rigorosamente observado na atualidade pela facilidade dos meios de se produzir cópias de documentos. Essa facilidade já era destacada por Schellenberg quando da primeira edição de sua obra e mostra-se bastante atual no contexto de produção e reprodução de

documentos digitais e de documentos convencionais no final do século XX e início do século XXI.

Em relação à forma, ele alerta que a análise deve levar em conta a forma da informação nos documentos e a forma dos documentos. No que diz respeito à forma da informação, o autor explica que a informação pode ser extensa, isto é, “[...] uns poucos fatos são apresentados em dado documento sobre muitas pessoas, coisas ou fenômenos” (SCHELLENBERG, 2006, p. 202). Essa mesma dimensão também pode ser intensa, isto é, “[...] muitos fatos são apresentados sobre algumas pessoas, coisas ou fenômenos” (SCHELLENBERG, 2006, p. 202). Pode, ainda, ser diversa, isto é, “[...] muitos fatos são apresentados sobre matérias diversas – pessoas, coisas e fenômenos” (SCHELLENBERG, 2006, p. 202). Assim, documentos que representam concentração de informação são os que mais se prestam à preservação, pois os arquivos sempre têm problemas de espaço para guarda de documentos. No que tange à forma do documento, o autor explica se tratar de sua condição física. Para a guarda permanente, os documentos deveriam apresentar-se de forma que possibilitem a outros, não somente a seus criadores, usá-los sem dificuldades e sem a necessidade de recorrer a dispendioso equipamento mecânico ou eletrônico. Quanto a isso, Schellenberg fornece o seguinte exemplo:

Cadernos de notas de química, por exemplo, possivelmente não serão inteligíveis a outros que não os químicos que neles registraram os resultados de suas experiências e fichas perfuradas ou fitas gravadas comumente só serão utilizáveis com o concurso de equipamento de alto custo (SCHELLENBERG, 2006, p. 203).

Finalmente, ao analisar a importância dos conjuntos documentais, afirma estar o arquivista no domínio do imponderável, pois afinal “[...] quem pode dizer de maneira definitiva se um certo corpo de documentos é importante, para que fim e para quem?” (SCHELLENBERG, 2006, p. 203). Essa importância então é bastante relativa: o arquivista deve considerar os métodos correntes de pesquisa de várias classes de pessoas e a probabilidade de que, em circunstâncias ordinárias, essas pessoas farão uso efetivo dos materiais arquivísticos. Entre os profissionais a serem considerados, ele inclui historiadores, além de outros profissionais de ciências sociais, assim como genealogistas, pesquisadores de história local e antiquários. Também alerta que se deve preservar para outros usuários pouco convencionais, como aqueles de campos técnicos e científicos altamente especializados. O autor conclui pela necessidade de aplicação dos testes da unicidade e da forma antes da aplicação do teste da importância, pois os primeiros, ao contrário deste último, referem-se a fatores ponderáveis (SCHELLENBERG, 2006).

4 A ARQUIVÍSTICA PÓS-MODERNA E SEUS QUESTIONAMENTOS

O modelo de Schellenberg, adotado em muitos países ainda hoje, passou a ser questionado por teóricos da área no final do século XX e início do século XXI. Terry Cook foi autor de um desses questionamentos, situando o modelo teórico arquivístico de Schellenberg no que ele

considera como “modernismo”. Segundo ele, o “pré-modernismo” seriam as ideias anteriores ao autor estadunidense, com destaque para as ideias do Manual dos Holandeses até Hillary Jenkinson. Outro momento do pensamento arquivístico seria aquele situado no “pós-modernismo”. Este último seria um novo paradigma, pois rompe com o paradigma da arquivística tradicional, trazendo uma adaptação dos princípios consagrados da área, contextualizando-se à nova realidade documental do século XXI e à influência do pós-modernismo em todas as áreas da sociedade. O autor menciona uma arquivologia que deve ser centrada em uma teoria social e em uma contextualidade histórica para que possa sobreviver como profissão. O pós-modernismo desconfia e se rebela contra o moderno. Considera ilusórios os conceitos de verdade universal e conhecimento objetivo baseado nos princípios do racionalismo científico (COOK, 2007).

Em relação ao documento, Cook afirma que:

[...] os pré-modernistas acreditavam no documento como um reflexo empírico de atos e ações e na História da escola von Ranke como capaz de interpretar tais documentos para alcançar a realidade objetiva do passado histórico; o modernismo questionou a objetividade da história, percebendo que havia várias interpretações históricas possíveis para o mesmo grupo de documentos que descreviam o mesmo tema ou evento; o pós-modernismo questionou a objetividade e a "naturalidade" e a “naturalidade” do próprio documento (COOK, 2007, p. 80 – tradução nossa)³.

Terry Cook ainda afirma que no “coração” desse novo paradigma está a mudança do entendimento dos documentos enquanto objetos físicos para conceitos virtuais dinâmicos. De produto passivo da atividade humana ou administrativa a agentes ativos na formação da memória humana e organizacional. (COOK, 2012)

Na mesma linha, Gerald Ham acredita que as modificações na sociedade, o aumento do volume dos documentos, a diminuição de sua qualidade e o curto ciclo de vida dos documentos digitais criava a necessidade de que os arquivistas fossem mais ativos para documentar a sociedade. Ele “[...] se preocupava com o fato de os arquivistas estarem excessivamente ligados ao que chamava ‘moda do mercado acadêmico’ em detrimento de um espectro mais abrangente da experiência humana” (TRACE, 2016, p 84-85). Assim, de acordo com os pós-modernistas os arquivos, inicialmente estatais, concebidos para servir ao Estado, no começo do século XXI “[...] são agora, na memorável frase de Eric Ketelaar, do povo, para o povo, até pelo povo. (COOK, 2012, p. 140)

Entre as ideias presentes nesse novo paradigma, a avaliação de documentos também passaria por mudanças e mudaria seu foco do governo para o cidadão. Tais ideias fazem-se presentes nos

³ Texto original: [...] los premodernistas tenían fe en el documento como reflejo empírico de los actos y hechos y en la Historia de la escuela de von Ranke como capaz de interpretar tales documentos para conseguir la realidad objetiva del pasado histórico; el modernismo cuestionó la objetividad de la historia, dándose cuenta de que había diversas interpretaciones históricas posibles para el mismo grupo de documentos que describían el mismo tema o acontecimiento; el postmodernismo cuestionó la objetividad y la “naturalidad” del propio documento.

modelos de avaliação surgidos desde a década de 1970, entre os quais se destacam a Estratégia de Documentação, o Plano Documental e a Macroavaliação.

5 A ESTRATÉGIA DE DOCUMENTAÇÃO

Helen Samuels, refletindo sobre as contribuições do novo paradigma, propõe o modelo de estratégia de documentação com o objetivo de responder a problemas colocados pela sociedade moderna, complexa e rica em informação. De acordo com a autora, a estrutura mutável das instituições atuais e o uso de sofisticadas tecnologias têm alterado a natureza dos registros e somente uma pequena parcela dessa vasta documentação pode ser mantida. Assim, os arquivistas são desafiados a selecionar um registro duradouro, mas eles carecem de técnicas para embasar a tomada de decisão (SAMUELS, 1986).

Compõe o contexto atual ainda as complexas relações entre os indivíduos e as instituições, entre o governo, a indústria e a academia. Assim, os documentos como espelhos da sociedade que os criam são impactados por tal complexidade. Funções integradas afetam onde e como os documentos de tais atividades devem ser guardados

A Estratégia de Documentação é uma “Uma metodologia que orienta a seleção e garante a retenção de informações adequadas sobre uma área geográfica específica, um tópico, um processo ou um evento que foi disperso por toda a sociedade” (SOCIETY OF AMERICAN ARCHIVISTS, 2020a – tradução nossa)⁴. Ela é executada por meio de esforços mútuos de muitas instituições e indivíduos, estimulando a criação de registros e a retenção arquivística de uma parte deles. Tal estratégia é refinada em resposta a condições e pontos de vista em mudança (SAMUELS, 1986).

As atividades das estratégias documentais são quatro:

- 1) escolha e definição do assunto a ser documentado; (2) seleção da equipe e estabelecimento do local da estratégia; (3) estruturação da pesquisa e exame da forma e conteúdo da documentação disponível; (4) seleção e guarda em local apropriado da documentação. (SAMUELS, 1986, p. 116 - tradução nossa).

Em relação à primeira atividade, a estratégia de documentação pode referir-se a um tópico ou área geográfica, devendo-se definir limites geográficos e cronológicos. Um aspecto destacado pela autora é que, à medida que a estratégia de documentação começar a ser implementada, arquivistas irão aprender mais sobre como definir tópicos apropriados e gerenciáveis, assim como desenvolver técnicas para combinar abordagens de tópicos e geográficas. A seleção dos tópicos deve ser baseada em entendimentos correntes e valores do presente.

Quanto à seleção da equipe e definição do local para a estratégia, a autora afirma que deve ser selecionado um grupo de pessoas, representando os interesses dos produtores de documentos e

⁴ Texto original: A methodology that guides selection and assures retention of adequate information about a specific geographic area, a topic, a process, or an event that has been dispersed throughout society.

dos usuários, para guiar o projeto. Esse grupo consultivo irá dirigir e monitorar a estratégia. Samuels aponta a necessidade do uso de bases de dados em rede, como infraestrutura administrativa, para as atividades cooperativas. Em relação ao local apropriado para a estratégia, este deve prover recursos para manter o esforço, ter *expertise* e compromisso de longo prazo com a atividade. Entre as bases locais mais apropriadas para essas atividades estão os arquivos de estados ou de cidades, para estratégias documentais geográficas, e centros históricos de disciplinas ou repositórios especializados para estratégias baseadas em assuntos.

Samuels coloca em relevo que:

Por meio dos materiais selecionados, uma estratégia de documentação revelará o processo de tomada de decisão. Tais atividades diminuirão a imagem dos arquivos como um depósito sem objetivos e estabelecerão uma justificativa para os recursos que são requeridos na guarda e administração de coleções (SAMUELS, 1986, p. 120 - tradução nossa)⁵.

Em relação à estruturação da pesquisa e exame da documentação, a estratégia de documentação inicia-se com investigações detalhadas do tópico a ser documentado e as informações requeridas. O objetivo é desenhar um processo analítico que guie a seleção e assegure a retenção da informação sobre um assunto ou local. A autora ressalta que a estratégia de documentação deve ser feita em concordância com a obrigação arquivística institucional. Os arquivistas têm na estratégia de documentação uma ajuda para gerenciarem os registros modernos, principalmente quando se leva em conta que eles gerenciam somente parte do registro documentário total. Isso é ainda mais importante quando a informação existe em muitas formas e é gerenciada por múltiplos curadores. Assim, a estratégia de documentação requer dois níveis de análise: primeiro uma análise da história e escopo de um assunto e uma análise dos recursos de informação disponíveis, então um registro adequado pode ser definido para cada assunto.

Em relação à seleção e guarda em local apropriado da documentação (*selection and placement*), Samuels afirma que, embora os objetivos do recolhimento devam ser modificados pela disponibilidade dos registros e repositórios, as atividades de recolhimento serão alteradas com base em objetivos calcados pela equipe durante a investigação inicial. O maior problema durante esse processo é a disponibilidade de repositórios suficientes para armazenar os registros. A estratégia de documentação pode contribuir demonstrando o papel e contribuição que uma instituição pode dar a um conjunto maior de documentação.

A autora afirma que as estratégias de documentação são uma forma de análise que promove a coordenação de atividades de muitos arquivos. Os arquivistas veem suas coleções como autossuficientes, o que, segundo Samuels, é uma ilusão e conclui que, com o uso de redes de

⁵ Texto original: A documentation strategy will reveal the decision-making process by which material is chosen. Such activities will diminish the image of the archives as an endless warehouse and establish a justification for the resources that are required to house and administer the collections.

comunicação e informação descritiva melhorada, “[...] cada coleção e cada repositório se torna parte de uma coleção maior – nossa coleção nacional [...]. Arquivistas devem oferecer para o futuro não árvores individuais, mas uma floresta” (SAMUELS, 1986, p. 124 - tradução nossa)⁶. Ao comparar a estratégia de documentação com a análise funcional, Samuels afirma que o que as difere é o nível de aplicação. Enquanto a análise funcional se aplica a instituições individualmente, Estratégia de Documentação se aplica a muitas instituições, contudo esta última conta com arquivos institucionais fortes para que possa ser aplicada, assim estudos funcionais subsidiam a estratégia (SAMUELS, 1991-1992).

Um exemplo de aplicação da metodologia de estratégia de documentação é o projeto *The Record*. Tal projeto teve como objetivo gerenciar e preservar a documentação dos *Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de Londres* e a *Olimpíada Cultural* de 2012. Tratava-se de uma resposta ao desafio de se gerenciar informações e registros de um megaevento com duração limitada e garantir um legado, em longo prazo, de coleções dos arquivos. Essa iniciativa foi coordenada pelo *The National Archives* do Reino Unido, em parceria com o *Museums, Libraries and Archives Council (MLA)*. Constituiu-se em um dos seis projetos apresentados no pelo MLA no que foi chamado de *Setting The Pace*.⁷ O *The Record* é:

[...] uma política de desenvolvimento de coleção e uma estratégia de documentação; iniciativas com finalidade de legar os diversos aspectos da história, o formal e o informal, o oficial e o não oficial, o institucional e o comunitário, o nacional e o internacional. (WILLIAMS, 2012, p. 24 – Tradução nossa)⁸

Buscava-se preservar a documentação produzida por diversos agentes dos setores públicos e privados, bem antes da realização dos referidos eventos. A estratégia de documentação constituiu-se, assim, em um apoio à implementação das melhores práticas de gestão de documentos dos registros criados em 2012, no âmbito das olimpíadas, procurando:

- a) mapear onde os registros foram criados e custodiados para a posteridade;
- b) prover um novo modelo de preservação dos registros, fossem eles analógicos ou digitais;
- c) promover o trabalho cooperativo entre as instituições, para garantir que os registros e as informações pudessem ser acessados por pesquisadores, planejadores, formuladores de políticas, assim como por profissionais de ensino e demais interessados (WILLIAMS, 2012, p. 24).

⁶ Texto original: [...] each collection and each repository becomes a part of a larger collection— our nation's collection.[...] Archivists should offer the future not individual trees, but a forest.

⁷ Museums Libraries Archives Partnership. *Setting the Pace*. 2007 *apud* WILLIAMS, 2012.

⁸ Texto original: [...] a collection development policy and a documentation strategy; it is an initiative intended to deliver all sides of the story: formal and informal, official and unofficial, establishment-led and community-focused, national and international.

As metas estabelecidas para o projeto incluem um diretório on-line de registros; uma estratégia para relacionar os registros e informações a um outro projeto, *Setting Pace*, o projeto *The People's Record*; e um relatório de avaliação para o Comitê Olímpico, no sentido de apoiar a transferência de conhecimento para outras futuras cidades-sede. (WILLIAMS, 2002, p. 24 – tradução nossa)⁹.

Os objetivos estratégicos do projeto *The Record* decorreram dos compromissos legados pelo DCMS (Department for Culture, Media and Sport): garantindo que os registros - criados antes, durante e após os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos e a Olimpíada Cultural de 2012 - fossem adequadamente gerenciados, permanentemente preservados e apropriadamente disponibilizados. O efetivo gerenciamento desses registros possibilitaria, ainda:

- a) Apoiar eventos culturais e esportivos por todo o Reino Unido;
- b) Mitigar riscos de reputação (institucionais, financeiros e operacionais);
- c) Garantir a conformidade legal e regulamentar;
- d) Facultar a todos a transparência e acesso às informações e documentos;
- e) Promover a prestação de contas públicas e seu exame minucioso pós-2012.
- f) Assegurar um legado em longo prazo para benefício das futuras gerações de planejadores, elaboradores de políticas, pesquisadores, profissionais da educação e para o público em geral. (THE NATIONAL ARCHIVES, 2011 *apud* WILLIAMS, 2012, p. 28, tradução nossa).¹⁰

Tais compromissos demonstram uma preocupação em desconstruir a ideia de que o projeto *The Record* era uma garantia de preservação dos registros por interesses puramente históricos. Tais registros iriam prover evidências do cumprimento das ambições e promessas governamentais: revitalização dos locais olímpicos e paraolímpicos, incremento no número de visitantes a Londres, além de benefícios econômicos e sociais no longo prazo para todo o Reino Unido, mensuráveis somente nos anos seguintes e em contraste aos gastos públicos despendidos nessas iniciativas.

Por envolver uma série de parceiros, o *The Record* foi composto por uma estrutura organizacional formada por seis grupos: *The Archives Cross-Cutting Group [Central Bodies Group]*; *The Repositories Group*; *The Public Record Holding Bodies Group*; *The Cultural Bodies Group*; *The Sporting Bodies Group*; *The Local Authorities Group*. Cada um desses grupos obteve resultados bastante diferenciados. Além disso foi criado um cronograma para os participantes dos setores públicos e não públicos. Outros pontos importantes foram um diretório online e estratégias de comunicação, com o objetivo de atender a todos os parceiros.

Como se vê, a estratégia de documentação - metodologia utilizada nesse caso específico - vem

⁹ Texto original: Targets for successful delivery of the project included an online directory of records; a strategy for linking records and information with another Setting the Pace's project: The People's Record; and an evaluation report for the International Olympic Committee (IOC) to support knowledge transfer to future host cities.

¹⁰ Texto original: support the effective delivery of the sports and cultural events across the UK; mitigate reputational, financial and operational risks; guarantee legal and regulatory compliance; support openness and transparency for all; enable public accountability and scrutiny post-2012; secure a long-term legacy for the benefit of future generations of planners, policy makers, researchers, learning and education professionals, and the general public'. The National Archives, *The Record: London 2012 and the Cultural Olympiad* <http://www.nationalarchives.gov.uk/documents/information-management/TheRecord2012onepagestrategyOct2009.pdf> (cited 26 August 2011).

ao encontro do que preconiza a teoria, pois trata-se de preservar a documentação produzida por uma série de entidades públicas e privadas cujas “coleções” se tornam parte de uma “coleção” maior sobre um evento. Atingir a integração entre diversos agentes, garantindo que tais registros estejam disponíveis para as futuras gerações é um desafio bastante complexo. Há que se considerar ainda a produção de registros em suporte convencional e a grande quantidade de recursos produzidos em meio eletrônico.

Terry Cook vê no modelo de estratégia da documentação desenvolvido por Helen Samuels grandes avanços em relação ao modelo tradicional de avaliação, chamado por ele de “taxonômico”. Ele reconhece uma evolução do trabalho de Samuels entre a década de 1980 e o ano de 1991, quando ela apresenta uma conferência em Banff, no Canadá e depois publica o artigo “Improving our disposition: documentation strategy”(SAMUELS, 1991-1992). Nesse trabalho Samuels inclui a análise funcional institucional em seu modelo e reduz a atuação do pesquisador e do usuário do processo de avaliação. O autor canadense destaca, contudo que se trata de uma estratégia ou de uma metodologia, mas não de uma nova teoria de avaliação. (COOK, 1992).

6 O PLANO DOCUMENTAL

O arquivista alemão Hans Booms desenvolveu o modelo do Plano Documental. Em um estudo publicado originalmente em 1972, fez várias críticas aos modelos tradicionais prussianos das décadas de 20 e 30 do século XX e ao modelo marxista. Nesse estudo, fez uma proposta alternativa muito bem recebida na Europa Ocidental. Nele, destaca a importância da sociedade na formação dos valores de um indivíduo, contudo reforça que existe certa liberdade, sendo o homem resultado do meio, porém não deterministicamente. Seus julgamentos, portanto, são influenciados pelo contexto social, porém há algo de individualidade nesses julgamentos. Somente entendendo isso, ele acredita que podemos compreender o papel do arquivista na formação do patrimônio documental.

Partindo da mesma ideia que move a necessidade de avaliação dos documentos apresentada pelos diversos autores citados anteriormente, o aumento da produção documental, ele reforça o papel do arquivista na seleção do que será o patrimônio documental. Em seu ponto de vista o arquivista está sozinho na tarefa de criar um registro documental socialmente relevante, armazenável e usável em termos humanos, no meio da abundante produção da informação (BOOMS, 1987, p. 77).

Hans Booms apresenta, ainda, um extenso panorama das várias tentativas de construção de critérios para avaliação ao longo do tempo, em sociedades socialistas e capitalistas. O autor trata da ideia do valor social da documentação e destaca a necessidade de os arquivistas, no processo de

avaliação, seguirem valores contemporâneos à época da produção dos documentos, deixando de lado os conceitos de valor de seu próprio tempo. Sua proposta é uma tentativa de arranjar os documentos de acordo com uma hierarquia de valor de acordo com uma lista de eventos históricos, escalonados de acordo com a significância social. Assim propõe a construção de “planos documentais” para a respectiva esfera de atuação institucional do arquivo (municipal, estadual, eclesiástico etc.). Com tais planos, pode-se estabelecer exatamente os eventos, ações e desenvolvimentos essenciais e determinantes de um tempo e da categoria de sujeito em consideração. Apesar da construção desses planos ter como objetivo limitar os efeitos da subjetividade ao máximo, o autor admite que a objetividade absoluta é um objetivo inatingível (BOMS, 1987). O Plano Documental tem como objetivo estabelecer exatamente os eventos, ações, omissões e desenvolvimentos que são essenciais e que documentam o período e o sujeito considerados. Deve-se orientar pelo princípio do máximo de documentação, com o mínimo de documentos.

O Plano Documental deve ser produzido para um período de 5, 10 ou, no máximo 20 anos. Não deve ser produzido exclusivamente por arquivistas. Deve ser produto de uma cooperação entre profissionais. Se possível, deve ser discutido em um conselho composto por indivíduos de diferentes áreas, tais como administração, ciência, mídia e economia. Deve ser escrito e, se possível, publicado, mas nunca deve ser incluído como uma parte do patrimônio documental. Deve ser sancionado e controlado pela sociedade como um todo e empregar o método histórico crítico. O modelo será um princípio concreto de orientação para a atribuição de valor, em um processo positivo de seleção desses valores. O Plano Documental parte do entendimento de que, na sociedade industrial moderna, todos devem contribuir com o desenvolvimento e implementação de métodos de seleção do patrimônio documental.

Em estudo posterior, datado de 1992, Hans Booms, reforça suas ideias de 1972, fazendo algumas ressalvas. Conclui que não é possível uma sanção pública do plano e que a necessidade de um conselho consultivo para rever o Plano falhou, pois historiadores tendem a considerar os registros para suas pesquisas mais importantes e muitos produtores de documentos querem destruir tudo enquanto outros, por outro lado, desejam guardar tudo. Outra ressalva apresentada em 1992 diz respeito à necessidade de preservação do Plano, que ele anteriormente defendia que não deveria ser guardado. Segundo ele, o plano deve ser preservado para que futuros historiadores compreendam as discrepâncias entre o “perfil da documentação”¹¹ e aquilo que os registros documentam.

O novo modelo proposto por Hans Booms incluía as seguintes etapas:

- a) definição de um ciclo cronológico com eventos importantes de um determinado período;

¹¹ O mesmo que “plano documental”. Esse termo aparece em publicação de 1992.

b) análise da estrutura administrativa para recuperar o contexto de proveniência. Tal análise deve ser escrita e adicionada aos registros;

c) considerar as questões: 1) o que eu devo documentar (no ciclo cronológico contemporâneo)? 2) Onde encontro os registros apropriados (a partir da análise da estrutura);

d) investigar o conteúdo dos registros em seguida (BOOMS, 1991-1992)

O Plano Documental foi implementado na República Democrática Alemã com o nome de “Um perfil de uma estrutura de documentação para os arquivos estaduais da República Democrática Alemã de 1945 a 1981”.

7 A MACROAVALIAÇÃO

Por fim, apresenta-se a macroavaliação, que se trata de uma

(...) teoria de avaliação que define o valor dos registros com base na atividade de seus criadores, priorizando a razão de os registros terem sido criados (função), onde eles foram criados (estrutura) e como eles foram criados, e não seu conteúdo (valor informacional) (SOCIETY OF AMERICAN ARCHIVISTS, 2020b - tradução nossa)¹².

De acordo com Terry Cook, trata-se de uma combinação entre a teoria, a estratégia e a metodologia da avaliação de documentos em arquivística. Nela, a responsabilidade social do arquivista no processo de avaliação é destacada. Segundo Cook, quando avaliam documentos, os arquivistas estão dando forma ao futuro através da seleção de nosso patrimônio documental. Estão determinando o que o futuro conhecerá de seu passado, que é o nosso presente:

Literalmente, estamos criando arquivos. Estamos decidindo o que deve ser lembrado e esquecido, quem é visível na sociedade e quem é invisível, quem tem voz e quem não tem. Nesse ato de criação, devemos ser especialmente sensíveis ao caráter político e filosófico de cada um dos documentos, dos arquivos como um todo, das funções arquivísticas, da subjetividade dos arquivistas e, sobretudo, da avaliação que eles fazem. Esse processo caracteriza os produtores, as funções e as atividades que devem ser incluídas nos arquivos, através da definição, escolha e seleção dos documentos que se tornarão arquivos e, portanto, serão beneficiados por todos os processos arquivísticos subsequentes (descrição, conservação, exposição, consulta, etc.); e quais, de maneira clara e irrevogável, serão destruídos, excluídos dos arquivos e apagados da memória. (COOK, 2003, p.88 – tradução nossa)¹³.

Essa metodologia foi desenvolvida inicialmente para avaliar os documentos (*records*) do governo canadense. Terry Cook (2003) afirma que as ideias de Hans Booms, Gerald Ham e, mais

¹² Texto original: A theory of appraisal that assesses the value of records based on the role of the record creators, placing priority on why the records were created (function), where they were created (structure), and how they were created, rather than content (informational value).

¹³ Literalmente, estamos creando archivos. Estamos decidiendo qué debe recordarse y olvidarse, quién es visible en la sociedad y quién invisible, quién tiene voz y quién no. En este acto de creación, tenemos que ser especialmente sensibles al carácter político y filosófico de cada uno de los documentos, de los archivos en conjunto, de las funciones arquivísticas, de los prejuicios de los archiveros y sobre todo de la valoración que éstos hacen. Este proceso caracteriza a los productores, las funciones y las actividades que deben incluirse en los archivos, por medio de la definición, la elección y la selección de los documentos que llegarán a ser archivos y que, por lo tanto, se beneficiarán de todos los procesos arquivísticos posteriores (descripción, conservación, exposición, consulta, etc.); y cuales, de forma tajante e irrevocable, se destruirán, serán excluidos de los archivos y borrados de la memoria. (COOK, 2003, p.88).

tarde, Helen Samuels, Richard Brown e dele próprio são a base do pressuposto teórico da macroavaliação no Arquivo Nacional do Canadá. Esses autores defendem que são os valores sociais que devem compor as bases da valoração. Porém

[...] ninguém sabe diretamente e com segurança quais são esses valores sociais por meio de uma tentativa consciente de documentar a funcionalidade tanto do governo como de seus programas individuais, que são a criação dos cidadãos e o funcionamento do Estado: como aceitam, rechaçam, protestam, apelam, trocam, modificam e, por sua vez, influenciam nesses programas vigentes y estão influenciados por eles (COOK, 2003, p. 89 – tradução nossa)¹⁴.

De acordo com a macroavaliação, são os valores sociais que devem compor as bases da valoração. As perguntas-chave da valoração são: a) “Quais funções ou atividades do produtor deveriam ser documentadas?” b) “Quem teve algum motivo e responsabilidade original ao criar um documento, que tipo de documento seria e com quem cooperaria ou se relacionaria essa pessoa para sua posterior produção?” c) “Quais produtores de documentos ou funções (mais do que documentos) têm mais importância?” Somente depois de responder a essas perguntas, o arquivista poderia lidar de modo realista com os documentos ou séries de documentos que, provavelmente, teriam o maior valor arquivístico potencial para a “microavaliação” (avaliação tradicional, utilizando-se critérios de valoração como a idade, a extensão, a unicidade, a duração, a integridade dos conjuntos, a fragilidade, a manipulação etc.). Só então se poderá determinar que produtores de documentos do setor privado complementam os documentos oficiais, chegando-se assim aos “arquivos totais”, cuja constituição refletiria interações político-sociais (COOK, 2003, p. 92). Uma vantagem apontada pelo autor para desse tipo de avaliação é a economia de tempo espaço e dinheiro no trabalho de avaliação e no processo de armazenamento, uma vez que itens documentais já poderiam ser eliminados antes mesmo de chegar à análise de documentos para aquelas funções já consideradas não importantes. Esse enfoque funcional de cima para baixo seria então necessário no mundo informatizado das bases de dados dinâmicas e do grande volume de documentos em papel de hoje em dia, em que as decisões não podem ser tomadas somente no nível documental, ou só com grande dificuldade e imprecisão (COOK, 2003).

O deslocamento do ponto de partida da avaliação do documento para o contexto de criação é a principal marca dos modelos de macroavaliação postos em prática em diversos contextos. Richard Brown destaca ser a macroavaliação um método de avaliação e seleção de documentos que estabelece uma ordem intelectual de prioridade de aquisição de documentos com base no significado contextual de suas fontes ou locais de criação, ou seja, propriedades e qualidades do valor do criador determinadas pelo exame da estrutura organizacional, funções e transações ou

¹⁴Texto original: [...] nadie conozca directamente y con seguridad cuáles son esos valores sociales a través de un intento consciente de documentar la funcionalidad tanto del gobierno como de sus programas individuales, que son la creación de los ciudadanos y el funcionamiento de Estado: como aceptan, rechazan, protestan, apelan, cambian, modifican y, a su vez, influyen en esos programas vigentes y están influidos por ellos.

processos. Assim concentra os esforços do arquivista na avaliação do produtor dos documentos e não no conteúdo dos documentos (BROWN, 1995).

A macroavaliação se centra não só na função, "[...], mas na interação entre a função, a estrutura e o cidadão que, combinados, refletem o funcionamento do Estado na sociedade civil". (COOK, 2003, p. 92 – tradução nossa)¹⁵. O principal interesse está na interação entre o cidadão e o Estado e não em documentar o governo.

Os passos fundamentais da metodologia macroavaliativa são cinco:

1. Investigar para decidir a complexidade e importância relativa das diferentes funções, subfunções, programas e atividades do objetivo funcional abrangente que é objeto do projeto de macroavaliação e eliminação de documentos.
2. Pesquisar para identificar a localização estrutural das funções, subfunções, etc mais importantes.
3. Pesquisar para entender a natureza e os locais mais focados da interação do cidadão com a função ou o programa
4. Formular uma hipótese de macroavaliação sobre onde estão os melhores documentos, o que eles global e conceitualmente devem ser, e quais das funcionalidades significativas da governança eles provavelmente documentarão.
5. Comprovar e confirmar a hipótese, por meio da avaliação funcional de blocos ou tipos de documentos selecionados dentro do programa funcional que se está avaliando e analisar o valor de outros documentos fora do programa, nos casos em que se suspeite que os documentos tenham sido duplicados dentro do mesmo programa ou em que os registros ou outros sistemas de informação cruzam as barreiras funcionais ou estruturais (COOK, 2003)

Para complementar a metodologia, o arquivista deve identificar qualquer documento adicional, dentro de limites estreitos, que possa ter valor simbólico, estético, intrínseco ou informativo ou que o governo deva reter por lei durante um longo período de tempo. Para concluir o processo, o arquivista deve identificar os fatores políticos, legais, éticos, técnicos, de migração, de manutenção ou de custo que possam afetar de forma negativa as escolhas feitas segundo a metodologia descrita e depois, tornando possível uma transferência apropriada dos documentos ou controlando os termos e condições para sua futura aquisição (COOK, 2003).

Para Terry Cook, o mais importante do enfoque da macroavaliação é a análise funcional, pois ao entender o funcionamento da cultura organizacional do produtor dos documentos e a interação entre o cidadão e o Estado relacionada a ela, o arquivista será capaz de refletir valores sociais,

¹⁵Texto original: “[...] sino en la interacción entre la función, la estructura y el ciudadano que, combinados, reflejan el funcionamiento del Estado dentro de la sociedad civil”.

porque eles estarão evidentes e manifestos através deste funcionamento. Para essa análise, é necessário pesquisar, compreender e avaliar o grau de importância dos seguintes elementos: legislação, regulações, políticas, ordens, objetivos, funções, programas, processos de decisão, organização interna e estrutura, cultura organizacional e padrões de comunicação, liberdade e flexibilidade dada aos agentes públicos para interpretar a política e deste modo levá-la a cabo de diversas formas e atividades e transações dos produtores dos documentos (COOK, 2004).

Segundo Terry Cook, ainda que tenha sido desenvolvida com o intuito de avaliar os documentos do governo canadense, a metodologia da macroavaliação é adequada para a avaliação dos arquivos em geral, pois permite definir o que preservar e eliminar, independentemente dos ditames do Estado, que seria o modo tradicional de avaliar, e das últimas tendências de pesquisa, modo mais praticado recentemente, mas a característica que mais o faz satisfatório seria tentar refletir os valores sociais por meio de uma análise funcional e da interação do cidadão com o Estado. Por fim, ele destaca que todos aqueles que buscam construir a memória arquivística celebrando a diferença frente à verdade única; a multiplicidade, frente às versões ortodoxas, podem encontrar na macroavaliação alguns conceitos úteis, assim como ferramentas práticas (COOK, 2003).

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando os modelos apresentados, pode-se concluir que a necessidade de avaliação e a sua centralidade entre as demais funções arquivísticas é indiscutível. A produção em larga escala de documentos digitais somente aumentou a necessidade de eliminar documentos e reduzir sua quantidade a uma quantidade administrável.

Quanto aos profissionais envolvidos processo de avaliação, Schellenberg apresenta os arquivistas, os funcionários executivos, além de possíveis consultorias de historiadores ou de técnicos da área da documentação avaliada. Na época em que foram propostas, tais ideias contrariavam as que circulavam no *Manual of Archive Administration*, publicado em 1922 por H. Jenkison. Por isso mesmo, esse último, nas resenhas que fez do livro de Schellenberg, foi francamente contrário a essa inovação (TSCHAN, 2002).

Ainda em relação aos profissionais envolvidos na avaliação, a macroavaliação assegura que os arquivistas (*archivists*) são os profissionais designados por lei e aceitos pelo costume para construir a memória coletiva de uma sociedade. Esse papel não deve ser exercido nem pelos pesquisadores nem pelos produtores dos documentos (COOK, 2003). Já a estratégia de documentação dá lugar central a um grupo de assessores que irá dirigir e monitorar tal estratégia, cabendo, porém, ao arquivista a seleção. O Plano Documental também dá lugar central ao

arquivista, sendo responsável pela sua elaboração, com a participação da sociedade, ainda que depois Hans Booms tenha repensado essa participação quando da implementação do modelo.

Todos os modelos da chamada arquivística pós-moderna destacam a necessidade de que a avaliação de documentos produza um patrimônio documental em sintonia com os anseios da sociedade e que reflita a sociedade como um todo e não somente o Estado. Percebe-se que em todos os modelos apresentados desde o de Schellenberg o ponto de partida da avaliação não é o documento. Todos eles propõem uma análise mais ampla com vistas a definir o destino final dos documentos. Não há, portanto, uma efetiva contraposição entre uma teoria arquivística moderna e pós-moderna no que tange à avaliação de documentos, a partir dos modelos estudados. Mesmo que apareça nos argumentos dos autores uma ideia de ruptura, esta não pôde ser verificada. Os modelos propostos, ainda que baseando-se em pontos de partida distintos, trazem a organização produtora e suas funções (análise funcional) em local privilegiado. A estratégia de documentação, ainda que busque reunir documentos de diferentes instituições, tem na análise funcional uma importante base sustentadora. O plano documental baseia-se fortemente na organização e suas funções para definir seu ciclo cronológico. A macroavaliação ao destacar as relações da sociedade com o Estado, também tem como base a análise funcional. A necessidade de conhecer o funcionamento das organizações e suas funções é, portanto, o ponto comum entre todas as propostas.

A partir da leitura dos diferentes modelos de avaliação construídos ao longo do tempo, fica claro que tais debates são feitos a partir da perspectiva dos arquivos permanentes (COUTURE, 2003). A perspectiva quase sempre adotada é centrada nos critérios de seleção dos registros que serão deixados para as gerações futuras, não havendo um aprofundamento na literatura quanto aos valores primários dos documentos.

REFERÊNCIAS

BOOMS, Hans. Society and the formation of a documentary heritage: issues in the appraisal of archival sources. *Archivaria*, v. 24, p.69 – 107, 1987.

BOOMS, Hans. Uberlieferungsbildung: Keeping archives as a social and political activity. *Archivaria* v. 33, 1991-1992.

BROOKS, Phillip Coolidge. The selection of records for preservation. *The American Archivist*, v. 3, n. 4, p 221-234, Oct. 1940.

BROWN, Richard. Macro-Appraisal Theory and the Context of the Public Records Creator. *Archivaria*, v. 40, January, 1995. Disponível em: <https://archivaria.ca/index.php/archivaria/article/view/12102>. Acesso em: 23 jun. 2020.

CERMENO MATORELL, Lluís. RIVAS PALÁ, Elena. **Valorar y Seleccionar documentos: Que és y cómo se hace**. Gijón, TREA, 2010.

- COOK, Terry. Archivística y posmodernismo: nuevas fórmulas para viejos conceptos. **TABULA**, Combates por la memoria: archivística de la posmodernidad, Salamanca, n. 10, p. 59-81, 2007.
- COOK, Terry. Arquivologia e Pós-modernismo: novas formulações pra velhos conceitos. **Informação Arquivística**, 2012.
- COOK, Terry. Documentation Strategy. **Archivaria**, v.34, p.181-191, 1992.
- COOK, Terry. Macroappraisal in theory and practice: origins, characteristics, and implementation in Canada, 1950–2000. **Archival Science**, v.5, n. 2-4, p. 101-161, 2005.
- COOK, Terry. Macro-appraisal and Functional Analysis: documenting governance rather than government. **Jornal of Society of Archivists**, v. 25, n. 1, p. 5-18, 2004.
- COOK, Terry. Macrovaloración y análisis funcional: la preeminencia de la interacción político-social sobre el gobierno. **TABULA**, El refinado arte de La destrucción: la selección de documentos, Salamanca, n. 6, p. 87-102, 2003.
- COUTURE, Carol. La función valoración en la archivística contemporánea: una sinergia entre varias consideraciones complementarias. **TABULA**, El refinado arte de La destrucción: la selección de documentos, n. 6, p. 23-49, 2003.
- COUTURE, Carol. Rôle et champ d'application de la législation archivistique. **Ciberlegenda**, n. 1, 1998. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/ciberlegenda/article/view/36736> . Acesso em: 15 abr. 2020.
- COX, Richard J. La valoración como un acto de memoria. **TABULA: Revista de archivos de Castilla y León**. El refinado arte de La destrucción: la selección de documentos, n. 6, p. 51- 73, 2003.
- DINGWALL, Glenn. Modelo do ciclo vital e modelo do *continuum*: uma visão das concepções de organização arquivística desde o período do pós guerra. In: EASTWOOD, Terry. MACNEIL (Org.). **Correntes atuais do pensamento arquivístico**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016. p. 205-235.
- DURANTI, Luciana. Registros documentais contemporâneos como provas de ação. **Estudos Históricos**, v. 1, n. 13, p. 49-64, 1994.
- INDOLFO, Ana Celeste. **Gestão de documentos: uma renovação epistemológica no universo da arquivologia**. Arquivistica.net. Rio de Janeiro, v.3, n.2, p.28-60, jul./dez. 2007. Disponível em: <https://www.brapci.inf.br/index.php/article/view/0000005190>. Acesso em: 15 abr. 2020.
- JENKINSON, Hillary. **A manual of archive administration**. London: Percy Lund, Humphries & Go LTD, 1937 (nova edição revisada). Primeira edição (1922).
- KOLSRUD, Ole. Developments in archival theory. In: KENT, Allen (ed). **Encyclopedia of Library and Information Science**. Vol. 61, suplemento 24, 1998.
- McLEOD, Julie; HARE, Catherine. Records management. In: SCAMMELL, Alison (Ed.). **Handbook of Information Management**. Routledge: London, 2003.

ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol. **Fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.

SAMUELS, Helen Willa. Improve our disposition: documentation strategy. **Archivaria**, v. 33 Winter, 1991-1992.

SAMUELS, Helen Willa. Who controls de past. **American Archivist**, p. 110 – 124, Spring 1986.

SCHELLENBERG, T. R. **Arquivos modernos: princípios e técnicas**. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2006. 388 p.

SOCIETY OF AMERICAN ARCHIVIST. Documentation strategy. In: **A Glossary of Archival and Records Terminology**. 2020. Disponível em: <http://www2.archivists.org/glossary/terms/d/documentation-strategy>. Acesso em: 18 abr. 2020a.

SOCIETY OF AMERICAN ARCHIVIST. Macro appraisal. In: **Glossary of Archival and Records Terminology**. 2020b. Disponível em: <https://www2.archivists.org/glossary/terms/m/macro-appraisal>. Acesso em: 19 abr. 2020b.

TRACE, Ciaran B. Dentro ou fora do documento? Noções de valor arquivístico. In: EASTWOOD, Terry; MACNEIL, Heather. **Correntes atuais do pensamento arquivístico**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016

TSCHAN, Reto. A Comparison of Jenkinson and Schellenberg on Appraisal. **The American archivist**, v. 65, p. 176- 195, Fall / Winter, 2002.

WILLIAMS, Caty. On the record: towards a documentation strategy. **Journal of the Society of Archivists**, v.33, n.1, p. 23-40, 2012.

ARCHIVAL APPRAISAL: THEORY AND METHODOLOGY

Abstract: *This article is the result of a research that aims to confront four theoretical and methodological proposals for archival appraisal. Schellenberg's model is the first model of great international impact, standing out for the elaboration of the so-called "value theory". The second model, the Documentation Strategy, consists of a plan to preserve documents from different sources, but which refer to the same task, activity, or area. The third model, the Documental Plan, has the strategy of building a list of relevant historical events, based on which the documents are appraised. The macro-appraisal, on the other hand, proposes to appraisal first the functions and activities of the producer, considering the relations between society and the State. The analysis of these models allowed us to understand that there is not exactly a contrast between a modern and postmodern archival theory regarding document evaluation. The arguments presented by the different authors do not allow to identify rupture. These models are historically contextualized and answer questions from their respective contexts, without, however, necessarily denying the model developed in the middle of the 20th century by Schellenberg, even though this denial appears in the speech of one or the other.*

Keywords: *Archival science. Record management. Appraisal. Postmodern archival science.*

Originals recebidos em: 18/04/2020

Aceito para publicação em: 23/06/2020

Publicado em: 30/06/2020